

# Cabeça atrasada aumenta chance de estupro, por Jandira Feghali

**(Viomundo, 31/03/2014)** Conseguem mostrar um retrato da sociedade em determinado tempo. A foto que vemos a partir da divulgação de pesquisa do IPEA sobre violência sexual e estupro é chocante. Meio milhão de cidadãos violentados ao ano no Brasil, destes 88,5% mulheres vítimas de estupro. A cada 12 segundos uma cidadã se torna vítima deste crime hediondo em nosso país, por exemplo, agora, enquanto você lê este texto.

Mais estarrecedor o que vem a seguir com o resultado à pergunta feita: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas?”. Espantosos 65% dos entrevistados concordaram. Mais triste quando revela-se que dois terços das pessoas ouvidas pelo IPEA são mulheres. Mulheres que acreditam que outras mulheres são corresponsáveis pelo ato criminoso pela simples forma como se vestem. Deduz-se então que o criminoso é vítima, invertendo os papéis de vítima e réu. Parece que estamos na década de 70.

Voltemos ao número do início. Das 527 mil pessoas violentadas no Brasil ao ano, 70% são crianças e adolescentes. Ou seja, no pensamento da maioria dos entrevistados, prega-se de forma abstrata que as meninas no universo das 364 mil vítimas tenham parcela de culpa direta? Crianças, sem características sexuais, como provocadoras de um crime sexual, na maioria pelos pais ou padrastos? Realidade que, certamente, desconsidera nossos problemas culturais e socioeconômicos e comportamentos perversos e violador de direitos. É possível a interpretação de que o criminoso é, na verdade, vítima da sensualidade feminina.



Estupro não se justifica  
por Jandira Feghali

O IPEA também dá luz a uma estatística que se mostra ponto-chave. Apenas 10% dos casos sobre violência sexual são informados à polícia. Mesmo com um maior número de órgãos especializados no combate e atendimento à vítima pelo Brasil, o cidadão ainda prefere se calar, talvez combatido para suportar os longos e penosos caminhos da justiça, talvez pelo peso da vergonha de ter que encarar a visão que, lamentavelmente, prevalece e coloca parcela da culpa sob os ombros da vítima.

É grave e recorrente que muitas mulheres julgam as vítimas e as acusam por responsabilidade parcial no estupro. Mulheres também mães e chefes de família e que educam seus filhos levando padrões ultrapassados e repressores, tornando-os cruéis reprodutores do ciclo de mazelas que contribuem para uma sociedade desigual e preconceituosa.

Nos últimos anos, o Brasil deu saltos significativos na construção de políticas públicas que combatem a discriminação e a violência contra a mulher. Mas é hora de darmos atenção ao que está sendo revelado por esta pesquisa. A sociedade não pode permitir se levar por ideias machistas e patriarcais que pregam a subordinação feminina e o controle de homens sobre as mulheres. Não é um vestido justo ou saia curta que determinam as chances de um estupro. É a

mentalidade atrasada que persiste, que justifica a violência, por perpetuar a imagem da mulher como ser de segunda categoria e objeto de desejo. Homens e mulheres devem encarar o estupro como crime hediondo.

Estupro não se justifica, se pune.

*Jandira Feghali é médica, deputada federal (PCdoB/RJ) e líder da bancada na Câmara*

Acesse o site de origem: [Cabeça atrasada aumenta chance de estupro, por Jandira Feghali](#)

---

## **Criadora da campanha “Não mereço ser estuprada” quer debater políticas públicas**

**(Agência Brasil, 31/03/2014)** Depois de ter o apoio da presidenta Dilma Rousseff, a jornalista Nana Queiroz, criadora do evento no Facebook “Eu não mereço ser estuprada” e que foi ameaçada na rede social, diz que sente medo, mas que não vai se intimidar com as ameaças de estupro e de outros tipos de violência.

“A nossa ideia é ir para encontros, debater políticas públicas e leis. Mais políticas públicas do que leis, pois é uma questão de educação”, disse a jornalista, que amanhã tem uma reunião marcada com o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) para debater o assunto.

A jornalista considera muito importante o apoio da presidenta, mas pede que esse apoio se transforme em ações. “Tem várias ideias interessantes circulando, por exemplo, acrescentar os crimes virtuais ocorridos em redes sociais na Lei Maria da Penha”, defendeu.

O movimento foi criado depois da divulgação da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) indicando que 65% dos entrevistados acham que mulheres merecem ser atacadas quando estão com roupas que mostram o corpo. “Eu queria falar para a mulher que concorda com isso: acorda garota! Você tem todo o direito de usar a roupa que você quiser, de se portar da maneira que você quiser. O corpo é seu e ninguém tem o direito de te atacar por isso”, explicou.

Nana conta que foi o seu marido quem tirou a foto em que ela aparece sem a parte de cima da roupa, com os dizeres escritos no corpo: “Eu não mereço ser estuprada”. “Perguntei se ele se sentia à vontade e ele disse que o corpo é meu e que eu é quem tenho que me sentir à vontade com a foto”, disse.

A jornalista denunciou à Delegacia da Mulher as centenas de ameaças que recebeu, entre elas a de estupro e de outros tipos de violência. “Fui muito bem atendida, mas só para eles descobrirem a identificação do computador de quem me ameaçou vai levar uns seis meses”,

lamentou.

Mais de 45 mil pessoas aderiram ao movimento no Facebook e, de acordo com a jornalista, pelo menos metade delas postou fotos trazendo os dizeres do grupo escritos no corpo ou em cartazes. Amanhã o evento (que incentivava a postagem de fotos) será desativado, mas o grupo #EuNãoMereçoSerEstuprada, também criado pela jornalista, vai continuar ativo para debates sobre o tema.

Acesse o site de origem: [Criadora da campanha “Não mereço ser estuprada” quer debater políticas públicas](#)

---

## **Mulheres: de vítimas a algozes, o que a mídia tem a ver com isso?**

**(Blog do Intervozes / Carta Capital, 30/03/2014)** O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, no dia 27 de março, a pesquisa “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)”, que revela o entendimento de brasileiros e brasileiras sobre a violência contra a mulher. De acordo com o estudo, 58% dos quase 4 mil entrevistados responderam que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”. Já 82% disseram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

A pesquisa comprovou questões latentes do dia a dia dos brasileiros e das brasileiras. Feita no meio do ano passado, não poderia ter sido divulgada em momento tão oportuno. Na semana passada, notícias alertaram para homens presos em metrô de grandes cidades brasileiras por estarem “encoxando” mulheres nos transportes públicos. Desde adolescente, sei e senti na pele o horror do ambiente machista e opressor que se tornou o transporte público. Seja aqui ou na Índia, mulheres foram e continuam sendo estupradas nos coletivos, não podem andar sozinhas à noite, não podem, não podem e não podem. Somos socializadas na negação das nossas vontades e da nossa autonomia. Com medo de um imaginário social e de uma violência física e simbólica.

Uma pequena amostra do quão esta pesquisa do IPEA é um claro reflexo do pensamento majoritário da sociedade brasileira me ocorreu também esta semana. Estava em um congresso acadêmico quando fui abordada por uma professora que se revoltara ao ver algumas das estudantes voluntárias do congresso acuadas atrás de uma bancada e transtornadas pelos comentários da pessoa que as havia mandado para aquele lugar. Eram universitárias de vinte e poucos anos que estavam no congresso usando “shorts” e que, por isso, “não poderiam ficar circulando” pelas áreas do evento “para não provocar os professores estrangeiros”. E, no caso, quem deveria se esconder? As meninas, “lógico”, afinal elas estavam “provocando” os estrangeiros com suas roupas.

Aquele relato me deixou revoltada e, no dia seguinte, acabei lendo a pesquisa do IPEA. Pela primeira vez, concordei com a frase: “imagina na Copa!”. Tive um medo tremendo de como as mulheres brasileiras, já culpabilizadas por tudo que fazem contra elas, podem ser mais uma vez consideradas “algozes” das violências que sofrem. “Mas o que a Copa tem a ver com isso?”, devem pensar os mais inocentes. Respondo: tudo! Infelizmente, a imagem da mulher brasileira foi historicamente ostentada no exterior como objeto de desejo sexual, inclusive por campanhas institucionais que apresentavam mulatas seminuas e faziam convites ao turismo sexual. Esse imaginário, sabemos, não se desfaz da noite para o dia e, muito menos, sem uma imprensa e um poder público imbuídos da responsabilidade de combater o machismo em todas as suas formas.

Há muito pouco tempo, alguns aspectos da violência de gênero vêm se tornando alvo de políticas públicas importantes como a Lei Maria da Penha, mas precisamos ainda da revolução imagética e simbólica do lugar e da autonomia da mulher. Para isso, dependemos sim de uma mídia responsável, não de uma imprensa que não só não se posiciona contra o machismo e todas as formas de violência e opressão, como também não se sente responsável pelo combate a todo e qualquer tipo de violação de direitos.

Ainda hoje, assistimos, cotidianamente, a mulher ser objetificada pela publicidade, ser estereotipada nas novelas, nas bancadas dos telejornais, nas previsões do tempo, nos programas de humor. Vemos também as dores de mulheres estupradas, agredidas, violentadas serem expostas e usadas para alavancar audiência. O Big Brother Brasil, por exemplo, além de objetificar e estereotipar as mulheres, foi capaz de negar o abuso sofrido por uma participante alcoolizada. Na ocasião, também veio à tona a responsabilização da mulher, que “bebeu mais do que deveria”. O apresentador Pedro Bial e a própria rede de TV negaram a gravidade do fato, que teve apenas na internet um espaço para amplo debate.

Esses veículos são os mesmos que negam a existência do racismo no Brasil e insistem em defender que o machismo também é criação das “feminazes”, do PT, do governo. Resta questionar: a quem interessa negar a existência do machismo? De certo, aos que acham que podem comparar a culpabilidade de um estupro a de um roubo, como fez o blogueiro da Revista Veja, Felipe Moura Brasil. Pasmem, mas, nas palavras do blogueiro, “(...) é perfeitamente compreensível o raciocínio de que se elas [as mulheres brasileiras] não usassem roupas tão provocantes atrairiam menos a atenção dos estupradores, assim como, se os homens não passassem de Rolex ou de Ferrari em áreas perigosas, atrairiam menos a atenção de assaltantes. E nada disso seria culpá-los dos crimes que os demais cometeram”.

As contradições das palavras de Felipe se desenrolam por todo o texto, que tenta encontrar nas intenções políticas do governo e nas mulheres a razão de ser do resultado da pesquisa do Ipea. Chega a ser irônico que a mesma conclusão não seja usada para dizer que o homem que estava na sua Ferrari ou com o seu Rolex é culpado por ter sido roubado, lógico! Por um acaso, quando Luciano Huck teve seu relógio roubado, alguém na imprensa o culpou? Nunca vi um homem ser culpado por ser roubado, mas o blogueiro da revista de maior circulação do país diz ser perfeitamente compreensível o raciocínio de que as roupas provocantes atraem a atenção dos estupradores. Lamentável.

Essas e outras questões mostram, tanto de forma escancarada como de forma sutil, que o machismo no Brasil ainda é muito forte, vai além das diferenças salariais entre homens e mulheres e da quádrupla jornada feminina (trabalho - casa - marido - filhos). O machismo no Brasil é sim um machismo medieval, um machismo que além de violar os direitos e violentar as

mulheres, faz com que recaia sobre elas toda a culpa e responsabilidade pelos reflexos desse machismo, que acaba sendo internalizado inclusive por muitas mulheres. Afinal, o machismo não escolhe gênero e tem inumeráveis meios de propagação, dentre eles a mídia, que se mostra, em sua maioria, conservadora e preconceituosa, superficial e espetacularizada.

Por outro lado, há de se registrar e valorizar os meios que insurgem no combate à violência contra a mulher, mesmo que em menor medida e ainda de forma tímida. Posso citar aqui dois bons exemplos que, nesses últimos dias, encheram-me de esperança: o Diário de Pernambuco e a Empresa Brasil de Comunicação. Ambos publicaram em suas páginas eletrônicas, e o Diário de Pernambuco também na sua edição impressa, declarações de funcionárias e funcionários que repudiavam os resultados desta pesquisa, ao invés de utilizar oratórias demagogas para negar o óbvio e culpar, mais uma vez, nós, mulheres.

E mesmo a polêmica pesquisa do Ipea nos mostra que nem tudo é retrocesso. Rafael Osorio, diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, explicou que outras formas de violência estão sendo percebidas pela população. Segundo Osório, “Existe atualmente uma rejeição da violência física e simbólica - xingamentos, tortura psicológica”. Quem sabe com uma imprensa mais preocupada e responsável pelo fim das desigualdades e que compreenda seu papel nos processos sociais mais complexos e duradores, possamos sonhar com dias melhores, com a autonomia e ações simples como escolher a roupa que se quer vestir e não ser julgada ou estuprada por isso.

*\*Mariana Martins é jornalista, doutora em Comunicação Social pela UnB e integrante do Intervozes.*

**Acesse no site de origem:** [Mulheres: de vítimas a algozes, o que a mídia tem a ver com isso? \(Blog do Intervozes / Carta Capital, 30/03/2014\)](#)

---

## **“Eu Não Mereço Ser Estuprada” repercute internacionalmente**

**(UOL, 30/03/2014)** Sites internacionais de notícias -como o do jornal norte-americano “The Huffington Post”, o do francês “20 minutes”, o do italiano “La Repubblica” e o do grego “iefimerida”- divulgaram neste final de semana a campanha brasileira Eu não mereço ser estuprada, contra o abuso sexual e o machismo.

O movimento #EuNaoMereçoSerEstuprada (e suas variáveis #EuNaoMereoSerEstuprada e #EuSouMinha) começou nas redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter e Tumblr, após a pesquisa do Ipea (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada, do governo federal) indicar que 65% dos entrevistados acreditam que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.

Leia também: [Somos 34,9%, com orgulho, por Luiz Caversan \(Folha de S.Paulo, 29/03/2014\)](#)

[Vergonha alheia: Os soldados do machismo são péssimos de argumentação \(Blog do Sakamoto, 30/03/2014\)](#)

[Fantástico aborda ameaças a organizadora da campanha e telespectadores mandam vídeos](#)

A comunidade, formada assim que foi divulgado o resultado da pesquisa, na última quinta-feira (27), já tinha 35,7 mil inscritos na manhã deste domingo.

Mas, ao mesmo tempo que a campanha ajudou algumas mulheres a compartilhar que já foram vítimas e mostrou que parte da população luta contra o machismo, o sexismo e a misoginia no país, a popularidade do movimento reforçou a postura retrógrada daqueles retratados na pesquisa. Na comunidade, muitos homens estão à vontade para ridicularizar a proposta de combate ao estupro e uma das incentivadoras do movimento online recebeu ameaças de estupro após a iniciativa.

“Amanheci de uma noite conturbada. Acreditei na pesquisa do Ipea e experimentei na pele sua fúria. Homens me escreveram ameaçando me estuprar se me encontrassem na rua, mulheres escreveram desejando que eu fosse estuprada”, escreveu ela no Facebook.

No grupo, ela postou orientações aos participantes de como denunciar aqueles que têm feito comentários agressivos e que podem ser entendidos como incitadores do estupro e da violência, o que é considerado crime.

Vários internautas estão ironizando o conteúdo divulgado pelas participantes, associando feministas a mulheres indesejadas, afirmando que mulheres deveriam andar armadas para não serem violentadas e lançando provocações, como “ninguém é estuprada em casa lavando a louça” e “o feminismo acaba quando chega a conta do restaurante”.

“Mulherada, não se intimidem pelos machistas que estão bombando este evento. Se eles atacam, é porque estamos incomodando – e, afinal, não era essa a intenção?”, escreveu Nana diante dos posts agressivos.

Acesse o site de origem: [Movimento “Eu Não Mereço Ser Estuprada” repercute internacionalmente](#)

---

## **Participantes de protesto virtual são hostilizadas pela internet**

**(O Globo, 30/03/2014)** A intolerância e o machismo existentes no Brasil, quantificados na última quinta-feira em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — que revelou que 65% dos entrevistados concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o

corpo merecem ser atacadas” — tiveram mais um desdobramento no sábado, nas redes sociais.

Integrantes do grupo virtual “Eu não mereço ser estuprada”, que mobilizou a internet nos últimos dias, sofreram ameaças de estupro pelo Facebook. Na noite de anteontem, o grupo chegou a ter a página hackeada e o nome da comunidade foi trocado para “M de medo”. Os administradores resolveram então fechar a página, antes aberta para leitura e comentários.

Se as ameaças violentas vieram dos homens, o público feminino foi responsável por grande parte das ofensas e reprimendas publicadas.



Organizadora do protesto ‘Não mereço ser estuprada’ é ameaçada de estupro  
Reprodução

— As mulheres diziam: Espero que você seja estuprada, você não tem intelecto. Foram muitas mensagens raivosas de mulher — contou a jornalista e escritora Nana Queiroz, criadora da página.

A violência foi tanta que um grupo chegou a criar um evento no Facebook convocando internautas para um “estupro coletivo” das mulheres do “Eu não mereço ser estuprada”. Ontem pela manhã, Nana, uma das vítimas das ameaças, disse que “experimentou na pele” os resultados demonstrados pela pesquisa do Ipea:

“Amanheci de uma noite conturbada. Acreditei na pesquisa do IPEA e experimentei na pele sua fúria. Homens me escreveram ameaçando me estuprar se me encontrassem na rua, mulheres escreveram desejando que eu fosse estuprada”, escreveu.

Ao GLOBO, ela disse que vai prestar queixa na delegacia da mulher de Brasília por crime de incitação à violência.

— Me disseram coisas bem baixas, e a maioria das ameaças foi pública. Estou na delegacia da mulher e vou prestar queixa por crime de incitação à violência.

Convocada anteontem, a campanha pedia que mulheres tirassem a roupa e se fotografassem da cintura para cima, carregando um cartaz com os dizeres “Eu também não mereço ser estuprada”. Indignadas com os dados da pesquisa, muitas mulheres aderiram ao protesto online e postaram fotos seminuas. Na campanha, elas substituíram suas fotos de perfil e capa por imagens de apoio ao protesto. O ato contou também com a participação de homens, que se revoltaram com o pensamento predominante revelado pela pesquisa.

### **No DF, mulheres poderão descer do ônibus fora do ponto**

Por questões de segurança, mulheres poderão descer dos ônibus fora do ponto de parada, a partir das 22h, no Distrito Federal. Decreto nesse sentido foi publicado pelo governo do Distrito Federal na edição de anteontem. As empresas de transporte coletivo deverão divulgar, em local visível, a nova regra.

Segundo Marco Antonio Campanella, diretor-geral da DFTRANS, autarquia responsável pelo

transporte público no Distrito Federal, a medida foi motivada por pedido da Secretaria de Mulheres e por reclamações feitas por usuárias dos serviços de ônibus.

— Algumas paradas são muito distantes, em locais onde a iluminação não é a mais adequada — disse ele: — O objetivo é criar um ambiente mais propício para a integridade física das mulheres, que são as maiores vítimas nas regiões mais distantes.

Ainda de acordo com Campanella, as empresas que não seguirem a nova determinação estarão sujeitas à multa, em valor ainda a ser estipulado.

“Após as 22 horas, os condutores dos veículos de transporte coletivo, sempre que solicitados, deverão parar os ônibus, para possibilitar o desembarque de pessoas do sexo feminino, em qualquer lugar onde seja possível estacionar, respeitado o trajeto da linha, ainda que fora do ponto de parada”, diz trecho do decreto.

Acesse o PDF: [Participantes de protesto virtual são hostilizadas pela internet](#)

---

## [Pesquisa do Ipea reforça vitimização da mulher e necessidade da aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, dizem especialistas](#)

**(Compromisso e Atitude, 28/03/2014)** Em evento promovido pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp/TJSP), operadoras do Direito e especialistas repercutiram os dados do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a tolerância social à violência contra as mulheres.

**Leia na íntegra reportagem sobre o tema no Portal Compromisso e Atitude:** [Pesquisa do Ipea reforça vitimização da mulher e necessidade da aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, dizem especialistas \(Compromisso e Atitude, 28/03/2014\)](#)

---

## [Ministra reconhece que é preciso ‘fazer](#)



## mais' após pesquisa do Ipea

**(O Globo, 28/03/2014)** A ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, classificou como “lamentável” o resultado do levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que indica que 527 mil mulheres, adolescentes e crianças são estupradas por ano país. A ministra reconhece que o governo tem que fazer “muito mais” para combater a violência contra a mulher e defende novas campanhas de sensibilização.

- Como gestora nacional tenho a responsabilidade de dizer que estamos fazendo, que vamos fazer cada vez mais. Que estamos universalizando o acesso às mulheres aos serviços de atendimento. Mas é preciso fazer muito mais, sobretudo campanhas - disse a ministra.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Ministra reconhece que é preciso 'fazer mais' após pesquisa do Ipea](#)

---

## Vagão exclusivo para mulheres divide opiniões: Proteção?, por Sonia Racy

**(O Estado de S. Paulo, 28/03/2014)** Em meio aos casos de abuso sexual no metrô, volta a ganhar força na Assembleia paulista projeto que cria vagões exclusivos para mulheres.

Três propostas tramitam na Casa - a mais recente, de 2013, é de Jorge Caruso, do PMDB. O deputado se articula para votar o texto o quanto antes. “Não será uma medida definitiva, mas é drástica”, afirma.

O projeto, no entanto, sofre resistência do metrô e de feministas. “Separar homens e mulheres é uma forma de proteger o machismo e naturalizar a violência”, diz Sônia Coelho, da Sempreviva Organização Feminista. “Uma maneira de transformar a vítima em culpada. Daqui a pouco, vão dizer que não podemos mais usar saia.”

Pesquisa divulgada ontem pelo Ipea revelou que a maioria dos brasileiros acredita que mulher que veste roupa curta merece ser atacada.

Procurado, o Metrô afirmou que a “Assembleia é um poder independente e autônomo. O governo não interfere nesse debate.”

Já a Via Quatro - que administra a Linha 4 (Amarela) - disse acreditar “em ações educativas” e que, como as mulheres são a maioria dos passageiros, é “impraticável a criação de carros exclusivos”.

## **65% dos brasileiros acham que mulher de roupa curta merece ser atacada**

**(O Estado de S. Paulo, 28/03/2014)** Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) retrata o quanto a violência contra a mulher ainda é tolerada no País. A maioria dos brasileiros considera que merecem ser atacadas aquelas que usam roupas que revelam o corpo. Também é majoritário o grupo que acredita que, “se a mulher soubesse se comportar”, as estatísticas de estupro seriam menores.

Os resultados provocaram espanto entre os próprios autores da pesquisa. A violência contra a mulher, avaliam, é vista como forma de “correção”. A vítima teria responsabilidade – por usar roupas provocantes ou por não se comportar do modo “desejado”. “Mais uma vez, tem-se um mecanismo de controle do comportamento e do corpo das mulheres da maneira mais violenta que possa existir”, dizem os autores da pesquisa.

### **Veja abaixo os dados da pesquisa**

A tolerância à violência não está ligada a características populacionais. Mas autores do trabalho consideram que algumas condições, como morar em metrópoles, ter escolaridade mais alta e ser mais jovem podem reduzir o risco desse tipo de comportamento. Para os pesquisadores, o fator preponderante para a tolerância é a adesão a determinados valores. Pessoas que acreditam que o homem deve ser o cabeça do lar, por exemplo, estão mais propensas a achar que a violência, em muitos casos, se justifica.

“É a ideia da mulher honesta, que ainda persiste no País”, afirma a secretária de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves. Embora a tolerância à violência esteja muito presente, o discurso do brasileiro não é linear. Dos entrevistados, 91% concordam total ou parcialmente com a ideia de que homem que bate na mulher deve ir para a cadeia. Outros 89%, por sua vez, dizem não concordar com a afirmação de que o homem possa xingar ou gritar com a própria mulher.

A cultura machista fez a moradora da zona leste de São Paulo Maria (que pediu para não ter o sobrenome revelado) se calar sobre as agressões físicas do marido durante nove anos de casamento. “Ele quebrava tudo dentro de casa, mas demorei a falar para a polícia e a família”, relata a dona de casa. “Tinha medo e não sabia se contar era certo. Até que um dia resolvi denunciar”, relata. Segundo ela, a falta de autonomia, principalmente financeira, é responsável pelo silêncio da maioria.

## **Estupros**

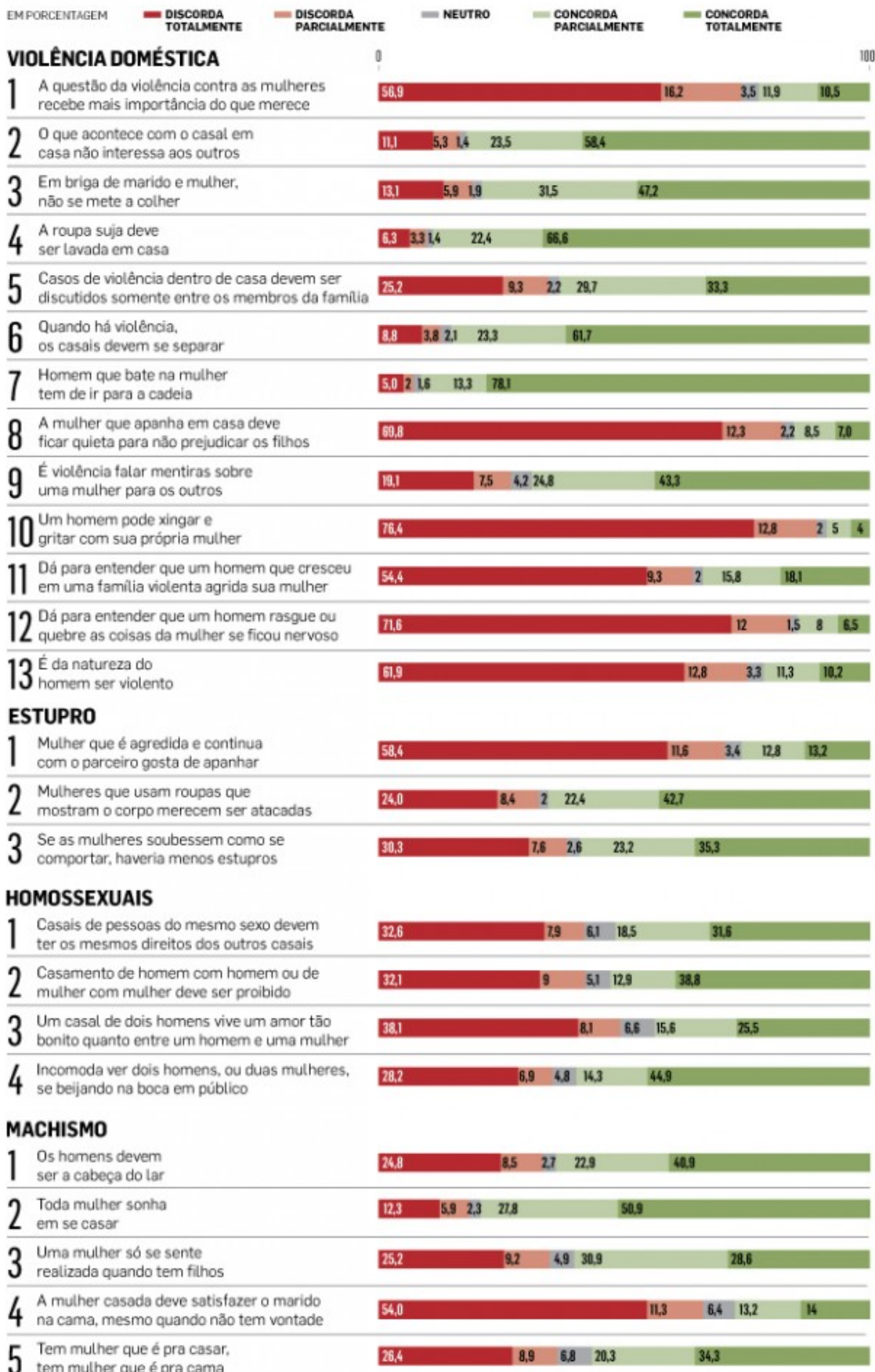
O Ipea traçou também um retrato da vítima de violência sexual. Conduzido por Daniel Cerqueira e Danilo Coelho, o trabalho analisou registros do sistema de agravos de notificação, que capta dados de atendimentos em serviços públicos de saúde. Foram analisados cerca de 12 mil casos, referentes a 2011. “É uma amostra. Pelas projeções do Ipea, no ano passado ocorreram no País 527 mil estupros”, diz Cerqueira.

Os números analisados mostram que mais da metade das vítimas tinha menos de 13 anos de idade. “É um dado absolutamente alarmante”, avalia. O trabalho identificou também que 15% dos estupros registrados foram cometidos por dois ou mais agressores. “Ficamos chocados quando ouvimos histórias de estupros coletivos na Índia. O fato é que enfrentamos o mesmo problema no nosso quintal.” / COLABOROU VICTOR VIEIRA

**[A íntegra do estudo pode ser lida aqui.](#)**

# OPINIÃO PÚBLICA

● Foram entrevistadas 3.810 pessoas em maio e junho de 2013



## São Paulo terá conselhos municipais para as mulheres em 2015

**(Rede Brasil Atual, 24/03/2014)** Apesar de não haver um monitoramento preciso sobre os casos de violência doméstica na capital paulista, existem pelo menos 54 mil processos tramitando com base na Lei Maria da Penha, que pune violência doméstica e sexual contra mulheres, como informou a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Denise Motta Dau, à RBA, em entrevista.



‘Embora seja óbvio que não é natural um homem agredir uma mulher, a cultura na qual elas foram criada as induz a tolerar’, Denise Motta Dau  
Foto: Geraldo Lazzari/RBA

Segundo Motta Dau, os distritos da cidade de maior incidência de atos violentos contra as mulheres são Sapopemba, na zona leste, Cidade Ademar e Campo Limpo, na zona sul e Brasilândia, na zona norte. “Pretendemos refinar o monitoramento em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública”, informou a secretária, que há um ano assumiu uma pasta inédita no município. “A gente se ressentido de não ter mais apoio do estado.”

Uma das ações para o prioritário combater à violência doméstica será o lançamento, nesta segunda-feira (24), da campanha “Quem Ama Abraça”, que repassará kits aos professores das escolas municipais para orientar debates sobre combate à violência contra a mulher. Além disso, ocorrerá a entrega da primeira unidade móvel para atender as mulheres vítimas de violência, que circulará por distritos da zona sul e leste.

Na entrevista, a secretária afirmou que a Casa da Mulher Brasileira, um centro de atendimento e acolhimento de vítimas de violência doméstica, será entregue ainda este ano, no Cambuci, região central da capital. Na área da Saúde, o município vai capacitar mil profissionais para atender mulheres, de forma que cada região conte com pelo menos 200 deles. A partir de 2015 será instaurado na cidade o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

**Confira a entrevista.**

**Essa secretaria foi criada no ano passado, no começo da gestão de Fernando Haddad. Como foi esse primeiro ano de atuação?**

O principal desafio foi estruturar a secretaria, do ponto de vista de recursos humanos e orçamento, e ao mesmo tempo construir as diretrizes políticas e os projetos. Tínhamos de trabalhar para colocar a equipe em boas condições e para estruturar um plano de metas para a secretaria e para o governo. A organização foi pensada sobre quatro diretrizes: enfrentamento à violência contra a mulher; geração de trabalho e renda; participação social; e transversalidade, para que o tema das mulheres passe a ser incorporado nas outras secretarias.

**O que tem sido feito para alcançar a diretriz de combater a violência contra a mulher?**

Estamos tendo uma ação forte junto com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. São Paulo, e mais 26 capitais, terão uma Casa da Mulher Brasileira, que faz parte do programa federal Mulher Viver Sem Violência. Aqui ela vai ficar no bairro do Cambuci e será inédita, porque reunirá em um só lugar delegacia da mulher, serviços de atendimento psicológico e social, cursos de capacitação e encaminhamento para emprego.

Isso porque a lei Maria da Penha é muito boa, mas se não houver uma política de estado que garanta o acesso da mulher a esses serviços ela não tem eficácia. Anexa à Casa da Mulher Brasileira haverá uma casa de passagem, que vai hospedar mulheres e filhos, de 0 a 15 anos, por até 20 dias, renováveis por mais 15 dias. Será uma gestão bipartite, do município e do estado.

**A prefeitura tinha a perspectiva que ela fosse inaugurada em março, certo?**

Tínhamos o desejo, mas o edital para contratar a construtora está saindo este mês pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Como são módulos pré-moldados, a construção é rápida, leva de dois a três meses. A ideia é inaugurar ainda em 2014.

**Já existe uma estrutura no município para atender as mulheres vítimas de violência. Inclusive há uma casa de atendimento, a Casa Eliane de Grammont. Qual a diferença para a Casa da Mulher Brasileira?**

Ao todo temos dez equipamentos: cinco Centros de Cidadania da Mulher, três Centros de Referência da Mulher, uma Casa Abrigo e uma casa de apoio aos direitos sexuais e reprodutivos, a Casa SER, na zona leste. Eles não são exatamente especializados no enfrentamento a violência.

A Casa Eliane de Grammont é um centro de referência que tem atendimento psicológico, social e assessoria jurídica. A Casa da Mulher Brasileira vai ter delegacia, Tribunal de Justiça, cursos de capacitação, encaminhamento para emprego, atendimento em saúde e cadastramento das mulheres no Cadastro Único do governo federal. Ela coloca no mesmo local vários serviços.

Além disso, a Casa da Mulher Brasileira vai hospedar as vítimas de violência. E aí temos uma novidade: em anexo ao terreno da casa Eliane de Grammont iremos construir uma casa de passagem para hospedar mulheres e termos um serviço um pouco mais completo.

Outra novidade é que o estado de São Paulo vai receber três unidades móveis para atender as mulheres vítimas de violência em regiões mais distantes. A primeira entrega será na segunda-feira (24). São ônibus com duas salas de atendimento individualizadas, acesso à internet, impressora, notebooks, banheiro e cadeiras que podem ser colocadas embaixo de um toldo para fazer grupos de trabalho e conversa. Os ônibus transportarão dois motoristas, uma psicóloga, uma assistente social, uma delegada, e um profissional da saúde. Na capital vamos usar na região de Parelheiros e Marsilac, na zona sul, e no extremo leste.

É preciso ter essa rede muito estruturada. Embora seja óbvio que não é natural um homem agredir uma mulher, a cultura na qual elas foram criada as induz a tolerar. É só ligar a TV que vemos que a mulher é estimulada a aceitar. Porque você acha que tantas mulheres retiram a queixa? Não é porque ela acha que é natural apanhar, é porque dentro do contexto de opções que ela tem ela acaba ficando ali.

Muita gente pensa que se a mulher tem um serviço de qualidade ela rompe com a violência, mas não é bem assim: ela precisa ter acompanhamento para se manter estruturada e forte até o final do processo.

### **Nesse sentido, de uma abordagem mais ampla, estão previstas campanhas de conscientização nas escolas?**

Segunda-feira (21), junto com o recebimento do ônibus, vamos lançar uma campanha chamada "Quem Ama Abraça", em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com o Instituto Avon e com o Instituto Rede. A destinação são as escolas, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação. Todos os educadores terão um kit com material orientador para fomentar diálogos sobre o combate à violência contra a mulher.

### **A secretaria fará pesquisas para monitorar os casos de violência contra a mulher?**

É difícil ter um monitoramento mais detalhado e aperfeiçoado. Tem muita subnotificação, muitas mulheres que não registram queixa e que retiram queixa. Na capital existem cerca de 54 mil processos tramitando com base na Lei Maria da Penha de denúncia de violência doméstica e sexual.

Mas pretendemos refinar o monitoramento em parceria com a Secretaria de Segurança. A gente já sabe quais são as regiões mais violentas: na zona leste é na região de Sapopemba, na zona sul em Cidade Ademar e Campo Limpo e na zona norte em Brasilândia.

Fizemos uma parceria com a Secretaria de Serviços para pensar a iluminação da cidade baseada nos pontos onde ocorre mais violência contra a mulher. Mas para você saber a rua onde essa violência aconteceu você precisa olhar o Boletim de Ocorrência e a Secretaria Estadual de Segurança pública só passa uma estatística geral.

### **A Secretaria Municipal tem bastante relação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal. Como é a relação com o governo do estado?**

Com o governo do estado o principal ponto de articulação é a Casa da Mulher Brasileira e uma campanha, que também veio do governo federal, chamada Compromisso e Atitude, de implementação da Lei Maria da Penha no estado. A gente se ressentiu de não ter uma política maior de apoio do estado aos municípios. Não há estímulo à criação de secretarias municipais de políticas para as mulheres nem à criação de fóruns regionais das gestoras de políticas para

as mulheres, nem espaços para discutir sobre as delegacias da mulher.

**Nesta semana foi anunciada a criação de seis centros de parto. Qual a diferença destes centros para as casas de parto e por que optaram por esse modelo?**

Há um diagnóstico dos profissionais de saúde da importância de ter acesso rápido a uma tecnologia maior caso um parto normal se complique. Por isso se optou por instalar centros de parto natural dentro dos hospitais. Serão construídos seis em hospitais municipais e dois em estaduais, que juntos terão capacidade de realizar 80 partos por mês. O objetivo é reduzir o número de cesarianas desnecessárias. Denominar um espaço como um centro de parto normal já ajuda a desconstruir a cultura da cesariana, que é imposta para as mulheres.

**Qual a estrutura atual do município para o Aborto Legal? Há alguma iniciativa para desburocratizar o acesso?**

Quando a gestão assumiu, o serviço de aborto legal no Hospital Municipal do Jabaquara estava desativado porque não tinha médico. A Secretaria Municipal de Saúde conseguiu uma médica que vai começar a atender a partir de abril. Além disso, será implementado um serviço novo no Tide Setúbal (hospital municipal em São Miguel Paulista, zona leste).

Foi aprovado no ano passado um decreto da presidenta Dilma Rousseff que orienta os procedimentos dos profissionais de saúde, segurança ou justiça para agilizar os registros de ocorrências. Esperamos que ajude a mulher a acessar esse serviço com mais rapidez, tanto no caso de estupro, que é a maioria, quanto de risco de vida da mãe.

**Houve uma prioridade da Secretaria Municipal de Saúde em zerar a fila de espera para exames ginecológicos. O que mais está previsto para a saúde da mulher?**

Foram realizados 120 mil exames. Foi bem satisfatório e mostrou que a demanda estava mesmo reprimida. O desafio agora é o acompanhamento, do momento que você consegue detectar o problema até começar o tratamento.

Fizemos uma parceria com Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres para capacitar profissionais de saúde na área de direitos sexuais e reprodutivos. Muitas vezes o profissional da saúde não está preparado para lidar com uma mulher que tem autonomia e toma suas decisões sobre seu corpo, seja dialogando sobre qual o método contraceptivo que ela quer, seja uma mulher jovem que quer fazer vasectomia ou uma mulher mais velha que quer ter um filho.

Vamos capacitar 1.000 profissionais de saúde, sendo 200 de cada região. Além disso, vamos deixar uma unidade básica de saúde de referência para a mulher em cada região.

Há alguma articulação com a secretaria de Educação para ampliar o atendimento em creches, uma demanda histórica dos movimentos feministas?

Participamos do grupo de trabalho que fez o levantamento de terrenos para as novas creches. Ao todo, 62 terrenos já estão em licitação e sabemos que alguns terão que passar por desapropriação. As tarefas domésticas ainda não são compartilhadas paritariamente e muitas mulheres não contam com um parceiro para dividir essas atividades. Então as creches são cruciais para que elas tenham acesso ao mercado de trabalho.

As mulheres têm muitas especificidades dentro das políticas públicas. Na habitação



conseguimos retomar o aluguel social para as mulheres vítimas de violência doméstica, com prioridade; com o setor de trabalho temos uma parceria para implantar postos de atendimento especializado para as empregadoras e trabalhadoras domésticas, sobre os novos direitos; na cultura estamos fazendo um trabalho de lançar editais específicos para mulheres artistas e implantar uma biblioteca com temática feminista, na zona leste.

Além disso, montamos o comitê intersetorial de políticas para as mulheres, do qual participam 19 secretarias, para motivá-las a incorporar políticas para as mulheres em seus programas.

### **Está prevista a implantação de espaços específicos de participação política para a mulher?**

Vamos implantar, em 2015, um Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Estamos começando pela construção de fóruns regionais, por meio de um edital da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, do governo federal. A ideia é acumular mais experiência para criar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.

Achamos que depois de oito anos em que a cidade foi submetida a uma baixíssima participação social, era precoce partir direto para o conselho, então buscamos a estratégia dos fóruns regionais.

### **Serão quantos fóruns?**

Pretendemos fazer 16 plenárias regionais e eleger delegadas para termos cinco fóruns, um em cada região da cidade.

### **Qual vai ser a responsabilidade do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?**

Além de debater e avaliar as políticas públicas para as mulheres, estamos trabalhando na regulamentação de um decreto aprovado na Câmara Municipal que prevê participação paritária entre homens e mulheres em todos os conselhos. A ideia é ter um grupo de trabalho com cinco pessoas, que monitore essa situação.

*Colaboraram Patrícia Iglecio e Malú Damázio.*

Acesse o site de origem: [São Paulo terá conselhos municipais para as mulheres em 2015](#)